



**Jornal Negócios**

03-10-2013

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Economia/Negócios

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 18239

**Temática:** Política

**Dimensão:** 290

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/32

# Reforma do IRC vai hoje a Conselho de Ministros sem taxa definida

● PSD propõe corte  
no IMI para famílias  
numerosas **última**

## CONSELHO DE MINISTROS

# Reforma do IRC vai hoje a Conselho de Ministros

ELISABETE MIRANDA  
elisabetemiranda@negocios.pt

O Governo discute e deverá aprovar hoje em Conselho de Ministros a proposta de reforma do IRC, um projecto considerado vital para conferir competitividade às empresas e ajudar ao relançamento da actividade económica. A questão da definição da taxa de imposto a vigorar em 2014 deverá contudo ficar de fora do pacote, sendo definida em sede de Orçamento do Estado.

O grosso da iniciativa do Governo resulta do trabalho da comissão liderada por António Lobo Xavier, que inclusivamente redigiu as alterações já em forma de proposta de Lei. Embora a taxa de IRC tenha dominado o debate público dada a sua dimensão orçamental, há outras medidas emblemáticas para as empresas. Uma delas é o chamado regime de "participation exemption" que permitirá que os dividendos e as mais-valias entrem e saiam de Portugal sem pagar IRC, mediante o cumprimento de requisitos bem mais flexíveis do que até aqui e com uma amplitude geográfica maior. Outra medida de relevo para as empresas está na alteração da definição de "gasto fiscal", onde se dispensa as empresas de provarem que as despesas que deduzem são indispensáveis à sua actividade. Está também contemplado o alargamento do prazo de reporte de prejuízos fiscais para 15 anos e a redução dos critérios de recurso ao regime especial de tributação de grupos.

## PSD quer corte no IMI para famílias numerosas

O PSD está a ultimar um projecto de lei onde se contempla uma redução do IMI para famílias numerosas. A intenção deverá ser formalizada nos próximos dias disse ao Negócios a deputada e vice-presidente do partido Nilza Sena e, tal como o Expresso já adiantou, deverá traduzir-se numa redução de 10% para famílias com quatro filhos, 25% para famílias com cinco filhos e 50% para agregados com seis ou mais filhos. Trata-se de uma medida simbólica que pretende sinalizar a preocupação do partido com as famílias de grande dimensão. Além desta medida, serão recomendadas ao Governo mexidas no IRS (nomeadamente ao nível das despesas de educação) e nalguns impostos indirectos. Contudo, nestes casos, não há um projecto de Lei mas apenas uma proposta de resolução, com uma recomendação ao Governo.

Todas as decisões terão impacto orçamental a curto e médio prazo, mas boa parte delas não está quantificada. A questão da descida da taxa tem sido tratada com cautela por parte do Governo que não se chegou a comprometer com reduções em concreto. Depois de aprovada, a proposta segue para o Parlamento, onde se tentará chegar a acor-



Secretário de Estado do Fisco empenhou-se na revisão das regras do IRC.

A prioridade fiscal do Governo é hoje discutida. Mas a fixação da taxa de IRC só deverá surgir no Orçamento.

do com o PS, que também ainda não se comprometeu.

## Descida do IVA na restauração volta a ser chumbada

Para já, uma das três propostas fiscais que os socialistas levam hoje à votação – a reposição da taxa de IRC de 12,5% para PME – será viabilizada pela maioria, como um sinal de abertura ao diálogo.

As duas outras propostas (redução do IVA na restauração e que o IMI passe a ser indexado ao valor médio da avaliação bancária dos imóveis) ficarão pelo caminho, disse ao Negócios o deputado do PSD Duarte Pacheco. Segundo o deputado, estas são questões que não devem ser discutidas de forma avulsa, mas em sede de Orçamento para 2014.